FREITAS, Daniela Figueiredo A inserção da história e da cultura afro-brasileira na educação infantil. Salvador: Universidade do Estado da Bahia (UNEB) -, 2011.

GOMES, Neci. L. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. - Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

LIMA, Miguel. Trajetória do negro no Brasil e a importância da cultura afro. Paraná: Secretaria da Educação, 2013.

MACEDO, Sérgio D. T. Crônica do Negro no Brasil. Record: Rio de Janeiro, 1974.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais. Brasília: SECAD, 2006.

NEVES, Pollyana Cassiano. As relações étnico-raciais na educação infantil. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2009.

A IMPORTÂNCIA DAS ARTES VISUAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

MARINA ALVES KHALIL

RESUMO

A arte faz parte da nossa cultura e do nosso cotidiano, estando presente em nossa sociedade há milhares de anos, sendo os primeiros registros datados da época da pré-história, com as pinturas rupestres. Com o passar dos anos, diversas formas de arte foram surgindo. A partir disso, chama-se atenção para as Artes Visuais, foco deste trabalho. Contudo, apesar de as artes serem parte da nossa sociedade há muito tempo, o ensino de Artes Visuais nas escolas é recente, tendo se iniciado apenas no século XX. Porém, no início, esse ensino não era feito de maneira adequada, uma vez que os professores focavam nos “dons artísticos” dos alunos ao invés de em sua expressão artística; até mesmo ensinavam a teoria, deixando de lado a prática; ou focavam apenas no Desenho, excluindo outras formas de arte. Todavia, ao longo dos anos, o ensino de Artes Visuais foi sendo modificado, de modo a contribuir para a formação pessoal e educacional da criança. Levando isso em consideração, este estudo tem como propósito analisar a importância das Artes Visuais para a Educação Infantil. Para tal, optamos por fazer uma pesquisa qualitativa e bibliográfica, utilizando como referencial teórico documentos oficiais, como legislações, artigos de revista e monografia, os quais serviram de base para o desenvolvimento de todo o estudo. Ainda, definiu-se como objetivo geral reconhecer a importância das Artes Visuais para a Educação Infantil. Assim, conclui-se afirmando que conseguimos responder ao tema proposto, ou seja, pudemos constatar que as Artes Visuais realmente são importantes para a Educação Infantil, trazendo diversos benefícios para a criança, uma vez que contribui não só para sua motricidade, como também para sua autoestima, pensar crítico, conhecimento histórico e cultural, dentre outras vantagens. Ademais, afirmase que também conseguimos alcançar com êxito o objetivo proposto, tendo em vista que foi possível reconhecer e, mais do que isso, compreender a importância das Artes

Visuais para as crianças em instituições de ensino.

Palavras-chave: Artes Visuais. Educação Infantil. Educação.

1 INTRODUÇÃO

Em um contexto amplo, as artes fazem parte da nossa sociedade e cultura há muitos anos. Podemos considerar os primeiros registros sendo as pinturas rupestres, de milhões de anos atrás. Com o avanço da humanidade, os educadores, governos e instituições de ensino foram vendo a importância e, mais do que isso, a necessidade de se ensinar as artes em sala de aula. Dentre os tipos de arte, destaca-se o ensino das Artes Visuais, como desenho, pintura, etc. Levando isso em consideração, este trabalho pretende apresentar quais são os benefícios de se ensinar Artes Visuais para as turmas de Educação Infantil.

Este artigo pretende responder ao seguinte questionamento: Qual é a importância das Artes Visuais na Educação Infantil? Para alcançar a resposta, será feita uma pesquisa qualitativa e bibliográfica, utilizando-se de artigos e documentos oficiais para dar embasamento. Assim, autores como Moura e Paim (2019), que falam sobre a importância das Artes Visuais para o aprendizado das crianças, e Tochetto e Felisberto (2017), que apresentam a finalidade do ensino de Artes Visuais para a Educação Infantil e os anos iniciais do Ensino Fundamental, servirão de base para nosso estudo. Além de legislações como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996, conhecida como LDB, e a Constituição de 1988.

Para a realização do trabalho, foram traçados objetivos que pretendemos alcançar ao longo do percurso. Dessa maneira, nosso objetivo geral é reconhecer a importância das Artes Visuais para a Educação Infantil. Tendo como objetivos específicos compreender o contexto histórico das Artes na educação; identificar as leis que dão suporte ao ensino de Artes Visuais e à Educação Infantil; e comprovar o quão importantes as Artes Visuais são para a Educação Infantil.

A partir do que foi visto até então, destaca-se que em primeiro momento será apresentado todo o trajeto histórico das Artes na educação, começando no século XX, quando esse conteúdo começou a ser inserido nas instituições de ensino, até hoje em dia. Em segundo momento serão vistas as legislações que amparam a Educação Infantil, reforçando, assim, sua importância, e também as leis que abordam o ensino de Artes Visuais nas escolas. Por fim, em terceiro momento faremos uma análise sobre as Artes Visuais na Educação Infantil.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 AS ARTES NA EDUCAÇÃO

A arte faz parte da humanidade há milhares de anos, estando presente em quase todas as formações culturais. Por exemplo, os desenhos nas cavernas da época pré-histórica expressam a arte, e mais do que isso, quem os desenhava precisou aprender a fazer isso e, da mesma forma, passou esse ensinamento adiante. Desse modo, podemos dizer que o ensino e a aprendizagem da arte são parte do conhecimento acerca da produção artística há muito tempo, segundo as normas e os valores definidos em cada ambiente cultural (BRASIL,

1997).

Apesar de a arte estar presente na nossa sociedade há anos, a área que corresponde à educação escolar em artes é relativamente recente, coincidindo com as transformações educacionais que estavam acontecendo mundialmente no século XX (BRASIL, 1997). Desde então, o ensino de artes vem passando por diversos processos de mudança. Sobre isso, Cunha (2012, p. 05) ressalta que "a forma como foi sendo ensinada e as modificações no currículo estão atreladas às tendências teóricas vigentes em cada período".

Durante o século XX, começou a surgir uma preocupação acerca do ensino de Arte, o qual, até então, somente envolvia o ensino do desenho, que era considerado fundamental para a formação técnica. Assim, a disciplina Desenho se dividia em: Desenho Geométrico, Desenho do Natural e Desenho Pedagógico, sendo vista, então, mais por seu aspecto funcional do que por uma experiência em arte (BRASIL, 2000 apud SILVA et al., 2010).

No meado do século XX, a pedagogia experimental começou a dar um novo espaço para a arte na educação. Compreendendo, dessa forma, que a criança, quando conquista seu lugar como sujeito, tendo suas próprias características, deixa de ser somente um projeto de adulto, e é nesse momento que o desenho infantil se torna objeto de estudo cognitivo (SILVA et al., 2010). Com relação a esse desenvolvimento da criança, os Parâmetros Curriculares Nacionais apresentam o seguinte:

As pesquisas desenvolvidas a partir do início do século em vários campos das ciências humanas trouxeram dados importantes sobre o desenvolvimento da criança, sobre o processo criador, sobre a arte de outras culturas. Na confluência da antropologia, da filosofia, da psicologia, da psicanálise, da crítica de arte, da psicopedagogia e das tendências estéticas da modernidade surgiram autores que formularam os princípios inovadores para o ensino de artes plásticas, música, teatro e dança. Tais princípios reconheciam a arte da criança como manifestação espontânea e auto-expressiva: valorizavam a livre expressão e a sensibilização para a experimentação artística como orientações que visavam o desenvolvimento do potencial criador, ou seja, eram propostas centradas na questão do desenvolvimento do aluno (BRASIL, 1997, p. 21).

Dessa maneira, compreende-se que essa mudança ocorrida durante o século

XX não fez só com que a Arte passasse a ser vista como necessária para o processo de ensino-aprendizagem dos alunos, mas também como parte de seu desenvolvimento enquanto sujeitos. Foi constatado que a Arte pode contribuir e muito para a criança, ainda mais porque por meio desse conteúdo a criança consegue expressar-se de maneira espontânea, o que é importante para seu desenvolvimento.

Segundo Zagonel (2008 apud CUNHA, 2012), existem diversas concepções metodológicas que influenciaram no ensino das Artes. A primeira foi a concepção Tradicionalista, que esteve presente em todo o século XX e teve raízes no século XIX. Porém, nessa época o estudo de Artes ainda não era regulamentado nas escolas e o ensino tinha como base três disciplinas independentes, sendo elas o Desenho, os Trabalhos Manuais e a Música. Contudo, esse ensino era somente teórico.

É importante ressaltar, então, que a escola tradicional, nessa época, dava valor aos “dons artísticos” ao invés de à expressão artística, “e tinha a pretensão de desenvolver habilidades como: artesanato; prendas domésticas; a precisão e conservar hábitos de organização, revelando uma visão utilitarista e imediatista da arte” (CUNHA, 2012, p. 06). Desse modo, o teatro e a dança, por exemplo, só faziam parte das festividades. Aqui faz-se uma ressalva para o fato de que isso acontece até os dias atuais em algumas instituições de ensino (CUNHA, 2012).

A Semana da Arte Moderna, que ocorreu em 1922, veio a contribuir para a educação. A partir desse evento, começou-se a reconhecer os modelos de educação técnica voltada para o trabalho, e com isso houve uma valorização da expressão infantil (SILVA et al., 2010). Ainda na década de 20, surgiu o movimento Escola Nova, neste aconteceram reformas educacionais em paralelo ao ensino oficial, contudo, a divulgação do Manifesto da Escola Nova só aconteceu em 1932. Esse movimento contou com a participação de grandes educadores e “reivindicava o mesmo tipo de educação a todos e igualdade de oportunidades” (CUNHA, 2012, p. 07).

Já em 1930, começaram a surgir escolas especializadas em artes para crianças e adolescentes no Brasil, porém Cunha (2012) pontua que a maioria das instituições de ensino seguia com a concepção tradicional. Nessas escolas especializadas, a aprendizagem era feita de modo livre, levando em consideração a expressão criativa, afastando-se do ensino oficial de artes definido para a época, que considerava como importantes os desenhos geométricos e a cópia de estampas. Pontua-se que durante essa década o ensino de Música foi evidenciado e passou a ser obrigatório.

Enquanto isso, “no final dos anos 40, o ensino de arte conquista mais espaços fora dos muros da escola com as “Escolinhas de Arte” implantadas em vários pontos do país” (SILVA et al., 2010, p. 96). Em 1948 surgiu a primeira Escolinha de Artes do país, no Rio de Janeiro, tendo como foco o ensino para as crianças. Depois, outras escolinhas foram surgindo por todo o Brasil, tendo uma metodologia focada na criatividade e na livre-expressão (CUNHA, 2012).

Foi somente na década de 60, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira de 1961, que o aluno passou a ser considerado como agente participativo do processo ensino-aprendizagem. Ademais, entre as décadas de 60 e 70 a pedagogia tecnicista começou a ser introduzida no país, a qual tinha como interesse principal a produção de indivíduos que fossem competentes para o mercado de trabalho (CUNHA, 2012).

Em 1971, entra em vigor a Lei 5.692, com caráter essencialmente tecnicista, Disciplinas como Filosofia e História foram extraídas do currículo escolar, e a disciplina Educação Artística era a única matéria que dava abertura ao lado mais humano e criativo do aluno.

A Lei estabelecia conteúdos englobando modalidades como: Artes Plásticas, Música, Teatro e Dança (CUNHA, 2012, p. 08).

Contudo, nessa época começaram a ocorrer divergências por causa da formação dos profissionais. Passou a ser exigido que os professores tivessem formação em nível

superior, contudo, mesmo os profissionais qualificados não possuíam essa formação. O governo, então, abriu de forma emergencial cursos de Licenciatura em Educação Artística, os quais tinham curta duração. Essa medida, porém, causou o declínio das aulas de artes, já que os cursos tinham a duração de apenas dois anos, apresentando um currículo que abrangia de forma geral todas as modalidades artísticas (CUNHA, 2012).

Cunha (2012, p. 09) aponta que "os professores sentiam-se incapacitados diante do ensino, e ao mesmo tempo o aprofundamento e conhecimento por parte do professor não era prioridade e não faziam parte das decisões curriculares na década de 70". Todavia, graças a tudo o que aconteceu na década de 70, "ocorreu o despertar da consciência sobre a importância do ensino da Artes na escola e iniciaram-se várias discussões sobre as linhas pedagógicas" (CUNHA, 2012, p. 09). Sendo assim, a forma que o governo desenvolveu para cumprir a legislação que obrigava a formação superior para o professor de Artes, por mais que tenha trazido diversos problemas, proporcionou importantes debates acerca do assunto, que contribuíram e muito para a educação.

A partir da década de 90, novas legislações acerca do ensino das artes começaram a surgir, as quais são utilizadas até os dias atuais, consolidando, então, o modo como o ensino de Artes deve ser feito. Além disso, essa mesma década foi muito importante para a Educação Infantil, que passou a ganhar bastante destaque graças à LDB, de 1996. Sendo assim, apresentaremos a seguir as legislações que servem de apoio para a Educação Infantil e o ensino de Artes hoje em dia.

2.2 A LEGISLAÇÃO E A EDUCAÇÃO INFANTIL

A Educação Infantil é a primeira etapa da criança em ambiente escolar e é fundamental para contribuir no seu desenvolvimento ao longo de toda a vida. Com relação à faixa etária, corresponde à creche e à pré-escola. A creche abrange crianças de zero a três anos e onze meses, enquanto a pré-escola atende às crianças de quatro a cinco anos e onze meses.

A LDB apresenta em seu Art. 29 que "a educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade" (BRASIL, 1996). Por isso essa etapa na vida da criança é tão importante, já que vai contribuir para todo o seu desenvolvimento.

Até a década de 1980, a Educação Infantil era chamada de educação préescolar. Além disso, trazia uma ideia de que essa fase de ensino era uma etapa anterior às demais, sendo vista como independente e preparatória para a escolarização. Esta, então, só teria seu começo no Ensino Fundamental, o que a excluía da educação formal. A Educação Infantil só foi se tornar parte da Educação Básica, estando no mesmo patamar que o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, de fato, em 1996, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9394/96, conhecida como LDB (BRASIL, 2018).

Contudo, mesmo que a Educação Infantil já fosse reconhecida como direito das crianças e dever do Estado, sendo função deste oferecê-la de forma gratuita para to-

das as crianças até cinco anos de idade, dever esse que é assegurado tanto pela LDB, em seu artigo 4º, quanto pela Constituição Federal de 1988, em seu artigo 208, só se tornou obrigatória em 2009. Sendo assim, a Emenda Constitucional nº 59, acrescentou ao artigo 208 da Constituição Federal o seguinte: “educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria” (BRASIL, 2009). Assim, a Educação Infantil pode ser oferecida em redes públicas e particulares pelo ensino. Pontuando-se que os municípios têm prioridade na atuação com a Educação Infantil (BRASIL, 1988).

Em 2013, na LDB, foi incluída essa extensão da obrigatoriedade, de modo a afirmar plenamente que é obrigatório matricular todas as crianças de 4 e 5 anos nas instituições de Educação Infantil. Já em 2018, é publicada a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento que tem um caráter normativo e que define qual é o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens que são fundamentais para todos os alunos desenvolverem durante as etapas e modalidades da Educação Básica (BRASIL, 2018).

A Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica, sendo considerada pela própria BNCC como o início e o fundamento de todo esse processo educacional. Em grande parte das vezes, a entrada na creche ou na pré-escola é justamente a primeira vez em que ocorre a separação das crianças dos seus vínculos afetivos familiares, em que elas passam a estar em uma situação de socialização estruturada (BRASIL, 2018). Sobre isso, a BNCC apresenta o seguinte:

Nas últimas décadas, vem se consolidando, na Educação Infantil, a concepção que vincula educar e cuidar, entendendo o cuidado como algo indissociável do processo educativo. Nesse contexto, as creches e préescolas, ao acolher as vivências e os conhecimentos construídos pelas crianças no ambiente da família e no contexto de sua comunidade, e articulálos em suas propostas pedagógicas, têm o objetivo de ampliar o universo de experiências, conhecimentos e habilidades dessas crianças, diversificando e consolidando novas aprendizagens, atuando de maneira complementar à educação familiar – especialmente quando se trata da educação dos bebês e das crianças bem pequenas, que envolve aprendizagens muito próximas aos dois contextos (familiar e escolar), como a socialização, a autonomia e a comunicação (BRASIL, 2018).

Considerando isso, é preciso compreender que o ambiente escolar não é um ambiente somente para educar, mas também para cuidar, desse modo, ambos os termos se relacionam. Principalmente quando abordamos a Educação Infantil, tendo em vista que são crianças menores e que esse é o primeiro contato que elas estão tendo com esse tipo de ambiente. Essa relação, então, torna-se fundamental para ampliar o universo de experiencias das crianças.

A BNCC ainda aponta que o diálogo e o compartilhamento de responsabilidades entre a família e o ambiente escolar de Educação Infantil são muito importantes para que as aprendizagens e o desenvolvimento das crianças sejam potencializados. Ademais, é preciso que a instituição conheça e trabalhe com as culturas plurais, além de dialogar com toda a riqueza e a diversidade

culturais existentes no país (BRASIL, 2018).

Com base em tudo o que foi abordado até então, a BNCC desenvolve seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento na Educação Infantil. O primeiro é conviver com outras pessoas, em grupos, de modo a ampliar seu próprio conhecimento e o do outro, além do respeito às diferenças. O segundo é o brincar de várias maneiras, em diversos espaços e tempos, com diferentes pessoas, buscando ampliar e diversificar "seu acesso a produções culturais, seus conhecimentos, sua imaginação, sua criatividade, suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais" (BRASIL, 2018).

O terceiro é participar ativamente do planejamento da gestão da escola e também das atividades propostas pelo educador com relação às atividades do dia a dia, como escolher brincadeiras, materiais, ambientes, etc., de forma a fazer com que a criança desenvolva diversas linguagens e conhecimentos, além de se posicionar e decidir. O quarto é "explorar movimentos, gestos, sons, formas, texturas, cores, palavras, emoções, transformações, relacionamentos, histórias, objetos, elementos da natureza, na escola e fora dela, ampliando seus saberes sobre a cultura" (BRASIL, 2018), aqui incluem-se as artes.

O quinto é expressar através de diversas linguagens as suas necessidades, emoções, sentimentos, dúvidas, hipóteses, descobertas, opiniões e questionamentos. Por fim, o sexto é conhecer-se, de modo a construir tanto sua identidade pessoal quanto social e cultural, buscando constituir uma imagem positiva de si e dos grupos aos quais pertence, isso tanto no ambiente escolar quanto no contexto familiar e comunitário (BRASIL, 2018).

Sendo assim, reconhece-se que são diversas as legislações que abordam a

Educação Infantil, reforçando sua importância para as crianças não só no contexto educacional como também no familiar e no social. Acerca disso, acredita-se que um campo necessário de ser trabalhado na Educação Infantil é o das Artes. Com relação a isso, no tópico a seguir veremos como o ensino de Artes na Educação Infantil também é respaldado pela legislação brasileira.

2.2.1 A legislação com relação à arte na Educação Infantil

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil apresentam as Práticas Pedagógicas da Educação Infantil. O documento destaca que essas práticas precisam ter como eixos norteadores as interações e também a brincadeira, de modo a garantir diversas experiências. Dentre elas, destacamos as que, de certa forma, se relacionam às Artes. Assim, é preciso que as experiências:

Promovam o conhecimento de si e do mundo por meio da ampliação de experiências sensoriais, expressivas, corporais que possibilitem movimentação ampla, expressão da individualidade e respeito pelos ritmos e desejos da criança;

Favoreçam a imersão das crianças nas diferentes linguagens e o progressivo domínio por elas de vários gêneros e formas de expressão: gestual, verbal, plástica, dramática e musical;

[...] Promovam o relacionamento e a interação das crianças com diversificadas manifestações de música, artes plásticas e

gráficas, cinema, fotografia, dança, teatro, poesia e literatura;

[...] Propiciem a interação e o conhecimento pelas crianças das manifestações e tradições culturais brasileiras (BRASIL, 2010, p. 25-27).

Todas essas experiências selecionadas possuem ligação com o ensino das Artes. por exemplo, um dos meios de a criança ter experiências sensoriais, expressivas e corporais é justamente através das Artes. Ademais, as Artes são uma forma de linguagem, além de uma manifestação, como ressalta o texto. Ainda, por meio das artes podemos apresentar e expressar de diferentes formas a cultura brasileira, passando esse ensinamento às crianças.

Além do que foi visto até então, A BNCC apresenta os campos de experiências, nestes são estabelecidos os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento. Constituindo “um arranjo curricular que acolhe as situações e as experiências concretas da vida cotidiana das crianças e seus saberes, entrelaçando-os aos conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural” (BRASIL, 2018). Desse modo, ressalta-se que são cinco campos. O primeiro é o eu, o outro e o nós, pois é a partir da interação que as crianças constituem um modo próprio de agir, sentir e pensar, além de descobrir que existem diferentes pessoas e modos de vida. O segundo é corpo, gestos e movimentos, o qual aborda que através dessas diferentes linguagens as crianças se comunicam e se expressam (BRASIL, 2018). O terceiro diz respeito aos traços, sons, cores e formas e inclui em sua descrição as Artes Visuais:

Traços, sons, cores e formas – Conviver com diferentes manifestações artísticas, culturais e científicas, locais e universais, no cotidiano da instituição escolar, possibilita às crianças, por meio de experiências diversificadas, vivenciar diversas formas de expressão e linguagens, como as artes visuais (pintura, modelagem, colagem, fotografia etc.), a música, o teatro, a dança e o audiovisual, entre outras. Com base nessas experiências, elas se expressam por várias linguagens, criando suas próprias produções artísticas ou culturais, exercitando a autoria (coletiva e individual) com sons, traços, gestos, danças, mímicas, encenações, canções, desenhos, modelagens, manipulação de diversos materiais e de recursos tecnológicos. Essas experiências contribuem para que, desde muito pequenas, as crianças desenvolvam senso estético e crítico, o conhecimento de si mesmas, dos outros e da realidade que as cerca (BRASIL, 2018, grifo nosso).

O quarto campo de experiência é a escuta, fala, pensamento e imaginação, pois é através dessas atividades que a criança constitui-se de maneira ativa como sujeito singular e pertencente a um grupo social. Finalmente, o quinto é intitulado espaços, tempos, quantidades, relações e transformações, e ressalta que é função da Educação Infantil promover experiências nas quais as crianças possam investigar, buscar, levantar hipóteses, informar-se, etc. para que consigam responder às suas curiosidades (BRASIL, 2018).

Desse modo, destaca-se que nosso interesse neste trabalho está no terceiro campo de experiência, justamente por abordar que as Artes Visuais são uma forma de expressão e linguagem. Além disso, esse

convívio com as Artes torna-se fundamental para as crianças e é muito importante para o desenvolvimento delas durante a Educação Infantil.

2.3 AS ARTES VISUAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Ferreira (2015, p. 12) define que “as Artes Visuais expressam por meio de materiais o pensamento do ser humano, assim como suas emoções, seus anseios, sua história, a cultura da qual faz parte e desenvolve a identidade de um povo ou até mesmo de uma classe social”. Esse ponto de vista é importante para entendermos que as Artes Visuais são capazes de permitir que o ser humano se expresse materialmente, assim, consequentemente, elas são muito necessárias para contribuir não só no ensino das crianças, mas também para que elas possam se desenvolver enquanto sujeitos.

Com relação ao que foi apresentado, Ferreira (2015, p. 15) pontua que “as Artes Visuais são representadas por toda forma de expressão visual como pintura, desenho, escultura, colagem, fotografia, cinema, arquitetura, o paisagismo, a decoração e outras linguagens”. Desse modo, compreende-se que as Artes Visuais correspondem a um grande grupo de expressões visuais, sendo bem ampla e podendo ser explorada de diversas formas no processo de ensino-aprendizagem da criança.

Sendo assim, acredita-se que o ensino de Artes Visuais na Educação infantil é tão importante quanto a alfabetização. Isso porque é através delas que a criança desenvolve sua imaginação, a qual é fundamental para a construção do aprendizado. Além disso, ensinar Artes Visuais faz com que as crianças ampliem seu conhecimento sobre artes, cultura, história, crítica às questões sociais, dentre outros. Esses conhecimentos contribuem para a formação de cidadãos críticos, participativos e criativos (TITO; LÚCIO, 2014; FERREIRA, 2015). Desse modo, destaca-se:

Nas Artes Visuais, é importante salientar que os objetivos principais são aguçar a imaginação, o conhecimento e a sensibilidade das crianças, por meio de obras de artistas conceituados e pelos desenhos e pinturas criados na escola. Isso os incentiva a serem mais criativos e posicionados, sabendo opinar e reconhecer os seus lugares no mundo (TOCHETTO; FELISBERTO, 2017, p. 11155).

Então, o professor, ao trabalhar com o ensino de Artes Visuais, deve levar em consideração tudo o que foi abordado até então, ou seja, não pensar nessa matéria como uma recreação, muito menos como um conteúdo que deve ser aplicado de maneira teórica. As Artes Visuais devem ser sempre interativas, em que o professor guia e contribui para que as crianças desenvolvam sua imaginação, tenham sensibilidade e, além disso, construam sua criatividade, a qual contribui para que elas se tornem pessoas críticas.

Além do mais, as Artes Visuais também contribuem para o desenvolvimento da motricidade infantil, além de outros conteúdos em sala de aula que podem refletir tanto na vida pessoal quanto na escolar e profissional da criança (MOURA, PAIM, 2019).

As autoras continuam abordando o assunto, apresentando o seguinte:

Cada movimento, expressão ou recorte de papel constitui-se num direito que

a criança tem de conhecer o mundo, expressar seus sentimentos sem a fala. Muitas escolas utilizam esses recursos para a formação da criança como um ser completo, trabalhando-os não como passatempo ou um recurso decorativo, mas sim como uma forma de aprendizagem lúdica, repleta de objetivos importantes no desenvolvimento da criança. Expressando-se no papel, com argila, na tela, fazendo colagem, a criança faz arte. A arte proporciona um contato direto com os sentimentos, despertando no indivíduo maior atenção ao seu processo de sentir (MOURA, PAIM, 2019, p. 102).

A partir da contribuição das autoras, ressalta-se que se faz necessário que os professores de Educação Infantil proporcionem oportunidades para que as crianças se autoexpressem, além de poderem fazer grandes descobertas. Além disso, vale mencionar que as crianças pequenas nem sempre conseguem se expressar de maneira clara como um adulto, por exemplo, e um dos meios de expressão é através das atividades artísticas (FERREIRA, 2015).

Deve-se pontuar que é importante que, ao ensinar as Artes Visuais, o professor não se prenda a atividades prontas, como desenhos já feitos, pois, como ressaltam Tito e Lúcio (2014), isso acaba por tirar todo o sentido da arte. Assim, deve-se sempre incentivar o aluno em suas próprias produções, estimulando sua criatividade e, como consequência, colaborando em seu desenvolvimento de relações e também de descobertas pessoais.

Ainda, destaca-se que o ensino de Artes Visuais deve ser adequado à faixa etária, assim como ocorre com os demais conteúdos ensinados nas escolas. Isso porque cada fase de desenvolvimento é fundamental para a criança e deve ser explorada de maneira correta pelo profissional, incentivando e passando atividades que são ideais de acordo com cada idade. Isso contribui ainda mais para que a criança desenvolva todos os aspectos proporcionados pelo ensino das Artes Visuais. Desse modo, definem-se as práticas adequadas para cada faixa etária:

Segundo o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (1998) as práticas em Artes Visuais trazem objetivos de acordo com cada faixa etária: crianças de zero a três anos de idade: ampliar o conhecimento da criança manipulando diferentes materiais, explorando características, manuseio, entretanto em contato com várias expressões artísticas. Utilização de materiais gráficos e plásticos ampliando possibilidade de expressão e comunicação; Crianças de quatro a seis anos: interessam-se pelas próprias produções, pelas de ouras crianças e pelas várias obras artísticas. Produzir trabalho de Arte utilizando a linguagem do desenho, da pintura, da modelagem, da colagem, da construção desenvolvendo o gosto, cuidado e respeito (FERREIRA, 2015, p. 16).

Além do mais, vale a pena destacar que, quando o aluno tem acesso às Artes

Visuais (e também às demais artes) dentro da instituição de ensino, “torna-se mais sensível ao observar as mais diversas situações e aprende a refletir de forma mais ampla, dando sentido às inúmeras informações que tem aproximação” (TOCHETTO; FELISBERTO, 2017, p. 11150-11151). O ensino de Artes, então, pode contribuir para o ensino das demais disciplinas, já que auxilia na capacidade da criança de ser crítica, sabendo dialogar, opinar e expressas suas ideias. Portanto, conclui-se que o ensino de Artes Visuais na Educação Infantil é de

suma importância, desde que trabalhado de maneira correta, incentivando sempre a criatividade dos alunos, permitindo-os a explorar, conhecerem-se e se desenvolverem da melhor maneira possível.

3 CONCLUSÃO

Ao longo do trabalho, pudemos constatar a relação entre as Artes Visuais e a Educação Infantil, analisando a importância desse tema. Assim, em primeiro momento vimos a história das Artes Visuais na educação, que teve início no século XX, de modo a compreender como chegamos ao ensino desse conteúdo vigente hoje em dia. Depois, abordamos as legislações que dão suporte tanto à Educação Infantil, nível de escolarização que foi foco neste estudo, quanto ao ensino das Artes Visuais. No terceiro tópico apresentamos, então, a ligação entre as Artes Visuais e a Educação Infantil, de modo a comprovar sua importância no desenvolvimento do aluno enquanto sujeito e ser crítico.

Além do mais, buscamos responder à pergunta definida na introdução, sendo essa: Qual é a importância das Artes Visuais na Educação Infantil? Comprovamos, então, que esta foi respondida com êxito, uma vez que apresentamos os benefícios que as Artes Visuais trazem para as crianças, tanto com relação a desenvolver sua motricidade como também o seu intelecto e até mesmo sua autoestima. Também alcançamos todos os objetivos propostos, principalmente o geral, que era reconhecer a importância das Artes Visuais para a Educação Infantil.

Conforme tudo o que foi abordado até aqui, conclui-se acreditando que o ensino de Artes Visuais é fundamental para as crianças, contribuindo de maneira significativa para seu desenvolvimento, além de proporcionar acesso à cultura e a conhecimentos históricos. Portanto, reforça-se que esse conteúdo deve ser incentivado, devendo sempre ser explorado e ensinado pelo professor de maneira lúdica, com os alunos podendo explorar seu lado artístico.

Assim, finaliza-se acreditando que este trabalho pode servir de base para diversos outros sobre o assunto e para pesquisadores e demais interessados na temática. Ainda, pontua-se que pretendemos continuar a investigar o assunto em pesquisas futuras.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Casa Civil. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: CC, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 20 nov. 2021.

_____. Casa Civil. Emenda Constitucional Nº 59, de 11 de novembro de 2009. Brasília: CC, 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc59.htm>. Acesso em: 20 nov. 2021.

_____. Casa Civil. Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: CC, 1996. Disponível em: <http:// www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 20 nov. 2021.

_____. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/#infantil>. Acesso em: 19 nov. 2021.